

NCE/10/01136 — Decisão de apresentação de pronúncia - Novo ciclo de estudos

Decisão de Apresentação de Pronúncia ao Relatório da Comissão de Avaliação Externa

1. Tendo recebido o Relatório de Avaliação/Acreditação elaborado pela Comissão de Avaliação Externa relativamente ao novo ciclo de estudos Riscos e Protecção Civil
2. conferente do grau de Mestre
3. a ser leccionado na unidade orgânica (faculdade, escola, instituto, etc.) Instituto Superior De Educação E Ciências
4. a/o Universitas, Crl
5. decide: Apresentar pronúncia
6. Pronúncia (Português):

Remetemos em anexo pronuncia sobre o Relatorio Preliminar da CAE.

7. Pronúncia (Português e Inglês, PDF, máx. 100kB): (impresso na página seguinte)

Anexos

A existência de um **Mestrado em Riscos e Protecção Civil** é uma necessidade premente de vastos sectores da administração central, regional e local, das corporações, serviços e agentes de protecção civil, e das entidades que tutelam o planeamento e o ordenamento do território e a gestão de crises (relacionadas com o CNPCE, por exemplo), para além das empresas e consórcios que realizam grandes investimentos em infra-estruturas críticas, ou ainda aquelas que prestam serviços nas áreas da gestão e do planeamento integrado.

A existência, nos últimos dois anos lectivos, de uma **Pós-Graduação em Riscos e Protecção Civil** (60 ECTS) veio demonstrar a apetência por esta oferta formativa e a diversidade das formações de base dos estudantes que a frequentam: licenciados em vários ramos da engenharia, geologia, geografia, biologia, física, agronomia, economia, etc., para além dos licenciados em engenharia de protecção civil (oferta do ISEC), ou licenciaturas em protecção civil de outros institutos.

A experiência adquirida e a exposição externa têm permitido diversificar os campos de actuação e as parcerias, não somente devido às actividades promovidas pelos especialistas que trabalham na área da Protecção Civil no ISEC (licenciatura e pós-graduação), mas porque se têm aprofundado as relações com entidades estratégicas, nas quais se incluem instituições públicas (**protocolos** com a Autoridade Nacional de Protecção Civil e com a Escola Nacional de Bombeiros), bem como actividades conjuntas com vários Comandos Distritais de Operações de Socorro e câmaras municipais) e privados (**protocolos** com a Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos e com empresas privadas). Estas relações estão a consolidar a cooperação sustentada em projectos com calendarização anual e as expectativas de desenvolvimento de produtos finais.

A importância crescente da Protecção Civil como área científica e técnica independente, ficou bem evidenciada com a criação do **Colégio de Especialidade** por parte da ANET, o que, com a consolidação do Mestrado em Riscos e Protecção Civil irá ser certamente alargado à Ordem dos Engenheiros, num processo de integração de competências que tenderá a harmonizar os requisitos para o exercício das actividades profissionais.

Os ensinamentos adquiridos e a identificação de alguns aspectos que permitem construir um projecto coerente e com maior eficiência formativa, levaram à introdução de uma Unidade Curricular no 3º semestre deste 2º ciclo (**Metodologias de Investigação**) que prepare os estudantes/investigadores para a assunção teórica de metodologias científicas e modelos de investigação adequados à área de estudos.

No caminho da consolidação de uma estrutura integrada que envolva, não somente os 1º e 2º ciclos de protecção civil, mas também outras áreas científicas, foi constituído e aprovado em Conselho Técnico-Científico (no ano de 2011), o **Grupo de Estudos de Riscos e Prevenção de Catástrofes** que tem por objectivos acompanhar a elaboração de projectos de investigação, preparar candidaturas de financiamento, estabelecer parcerias com outras instituições académicas e desenvolver um plano de divulgação externa de projectos (publicação de artigos e monografias, participação em eventos, etc.).

Análise do Relatório da CAE

Referem-se, de seguida, as notas do Relatório Preliminar da CAE que justificam comentários de esclarecimento objectivo sobre dúvidas e lapsos, ou uma abordagem complementar dos temas tratados.

2.3. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

Comentário: De facto, foi um lapso. A unidade curricular de “Psicologia de Catástrofe” devia ter sido incluída no quadro 2.5. (plano de Estudos), correspondendo aos 6 ECTS de Ciências Sociais e Humanas (SHU).

3.3.5. Recomendações de melhoria.

Comentário: uma análise cuidada do currículo do curso permite verificar que estas matérias são tratadas com profundidade, sobretudo na UC de “Geodiversidade Litoral e Segurança Costeira”, da responsabilidade do professor coordenador do Mestrado, na qual são estudados todos os ambientes, habitats e dinâmicas relacionados com o litoral e a zona costeira, havendo, por exemplo, um capítulo extenso (ver capítulo 10 da ficha da disciplina de GLSC) inteiramente dedicado aos temas referidos. Acrescenta-se que o docente foi membro da Comissão Nacional da REN (Reserva Ecológica Nacional) e que participou nos trabalhos de elaboração do quadro estratégico nacional da REN, no qual estão contemplados todas as áreas de protecção do litoral e respectivo enquadramento jurídico.

4.4. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Comentário: Na verdade, o corpo docente tem vindo a melhorar as suas competências e a sua ligação à instituição. Menciona-se apenas o exemplo de um Professor que, entretanto, concluiu com distinção o seu doutoramento na Universidade de Lisboa (**Doutor Rui Ângelo**, da UC de Psicologia de Catástrofe), aumentando assim a percentagem de Doutores que leccionam no curso.

Uma cópia do certificado pode ser obtida neste link: <http://dl.dropbox.com/u/11668760/CertificadoDoutoramento.pdf>

4.6. Recomendações de melhoria.

Comentário: os dois primeiros pontos estão a ser prosseguidos, como se evidenciou no comentário anterior. Quanto aos docentes especializados na área predominante do ciclo de estudos, este é um corpo docente com grande experiência na área da protecção civil e que tem assumido responsabilidades de topo na organização do sistema nacional. Referem-se os seguintes dados que podem ser confirmados nas fichas dos docentes:

— Um docente que foi Presidente e Vice-Presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, para além de outros cargos de chefia no sector;

— Cinco docentes que são ou foram Directores da Autoridade Nacional de Protecção Civil, para além do exercício de outras funções complementares em órgãos de direcção nacional e regional (e.g., Comissão Nacional de Protecção Civil, Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência, Reserva Ecológica Nacional, Conselhos das Regiões Hidrográficas, Plataforma da ONU para a redução de catástrofes);

— Um docente que é Director do Instituto Nacional da Água, uma estrutura de direcção nacional essencial no sistema de protecção civil;

— Um docente que é Director da Autoridade Florestal Nacional, responsável, entre outros, pela elaboração dos Planos de Defesa da Floresta contra Incêndios;

— Um docente que é responsável pela elaboração e actualização da cartografia de risco de base municipal.

Além do que foi referido, todos os docentes das UC (excepto a de Metodologias de Investigação) têm larga experiência em estruturas e programas nacionais e mesmo internacionais de riscos, segurança e protecção civil. De relevar, ainda, a produção científica e a participação como autores em livros e manuais de referência sobre diversas matérias da protecção civil, alguns editados pelos organismos do Estado.

5.4. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Comentário: As instalações e equipamentos cumprem os requisitos necessários ao funcionamento do curso, existindo os equipamentos essenciais para a realização de demonstrações e actividades práticas (de monitorização, por exemplo), sendo suficiente o equipamento informático e programas específicos de trabalho, fundamentais no desenvolvimento de programas técnicos de ponta.

É pertinente a questão sobre os equipamentos mais pesados, normalmente identificados com as actividades de protecção civil, mas não é a essas áreas de operações que o Curso se destina, de forma concreta. Ou seja, o Mestrado em Riscos e Protecção Civil é um curso de excelência, sobretudo vocacionado para as áreas de comando, organização, avaliação de recursos e modelos eficazes de prevenção e resposta. Não se dirige especificamente às operações de socorro no terreno, mas, como tem de conhecer todos os mecanismos e recursos utilizados pelas diferentes entidades e agentes relacionados com a protecção civil, então os estudantes do curso têm componentes práticas de participação em exercícios (Livex ou CPX) e manuseamento de equipamentos (por exemplo, na Unidade Curricular de Gestão da Emergência), através dos protocolos que o ISEC celebrou com a ANPC e a ENB.

Em estudos e demonstrações práticas que envolvam acções e mobilização de meios de combate (utilizando edifícios e equipamentos dedicados, como os que existem na ENB), ou articulação entre agentes e entidades nacionais e internacionais perante cenários de catástrofe, serão accionados os protocolos que permitam a participação dos mestrandos e formadores nessas acções. Mas isso também se aplica a trabalhos práticos desenvolvidos em colaboração com indústrias Seveso (na Unidade Curricular de Prevenção de Acidentes Graves), com os produtores aquícolas (na Unidade Curricular de Geodiversidade Litoral e Segurança Costeira) e com todas as unidades curriculares que têm ligações específicas a outras instituições e empresas (incluindo visitas e realização de trabalhos com a colaboração do LNEC, do IM e de outros institutos com os quais se aprofundarão as relações de colaboração).

No que concerne ao pessoal não docente afecto ao curso esclarece-se que o ISEC tem no período laboral e pos/laboral todas as suas estruturas em funcionamento (Secretarias, Gabinetes, atendimentos e todos os outros recursos escolares). Os edifícios onde decorrem as aulas têm em permanência 2 auxiliares de educação, o que se tem mostrado muito suficiente.

6.6. Recomendações de melhoria.

Comentário: Pelas razões e enquadramentos apresentados, percebe-se que as actividades de investigação científica estão bem contempladas neste projecto de Mestrado em Riscos e Protecção Civil. Desde logo, porque ele induz a abertura ao exterior, no relacionamento com as entidades e sectores que podem beneficiar com novos procedimentos e modelos de organização e acção mais eficazes, usando metodologias próprias do trabalho de investigação que, certamente, vão proporcionar a realização conjunta de projectos e eventos com institutos e universidades nacionais e internacionais.

8.4. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Comentário: Independentemente da ausência de dados oficiais da DGES, existem levantamentos razoavelmente precisos sobre o universo do público-alvo do Curso de Mestrado em Riscos e Protecção Civil. Esses dados podem primeiramente ser percebidos nos relatórios efectuados ao nível do 1º Ciclo de Engenharia de Protecção Civil, ministrado no ISEC, os quais demonstram a importância deste curso e a sua viabilidade, considerando as necessidades do sistema, em termos públicos e privados.

No entanto, deve dizer-se que o enquadramento do 2º Ciclo de Mestrado em Riscos e Protecção Civil é diferente do existente para o 1º Ciclo, desde logo porque atrai um leque muito mais alargado de interessados, provenientes de muitos organismos nacionais, regionais, distritais e municipais, detentores de licenciaturas diversificadas, para além dos que, entretanto, concluíram as licenciaturas em Protecção Civil (do ISEC e de outros institutos), constituindo um grupo que, maioritariamente, tem emprego em áreas de actividade dos riscos, segurança e protecção civil. Ou seja, a questão da empregabilidade não é aqui tão premente como num curso de 1º Ciclo, uma vez que vai sustentar as necessidades e anseios de formação avançada de muitos técnicos da administração pública e do sector privado. Desde logo, os que pertencem aos gabinetes técnicos das autarquias e dos comandos distritais.

9.4. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Comentário: De facto, trata-se um lapso, uma vez que a área científica de Geociências tem 18 ECTS (e não os 12 indicados neste campo) e a área científica de Protecção Civil tem 60 ECTS (e não os 66 indicados neste campo).

11.7. Recomendações de melhoria.

Comentário: Na sequência do que foi dito em 8.4. e já demonstrado pelos protocolos celebrados até ao momento, o Mestrado em Riscos e Protecção Civil irá aproveitar todo o potencial dos protocolos já celebrados com instituições de referência. Isto vale, não somente para a realização de trabalhos práticos e exercícios, ou para o acesso a sistemas de informação, gestão e comando de operações, mas também para a possibilidade de realização de estágios, sempre que tal se mostre útil.

Em todo o caso, dada a proveniência de uma grande parte dos estudantes de Mestrado (técnicos do sistema global de protecção civil, das variadas instituições), dar-se-á prioridade à celebração de protocolos/acordos de cooperação, caso a caso, quando o objecto de estudo/investigação, ou a aplicação de modelos, se revistam de interesse declarado para a instituição onde o mestrando exerce a sua actividade laboral.

Por outro lado, haverá um campo de acção para actividades de investigação mais avançadas, tal como está perspectivado pelo actual centro de investigação (em instalação), sobretudo as ancoradas a parcerias externas e com candidaturas de financiamento. Isto sem prejuízo de as mesmas actividades poderem também suportar-se nos referidos protocolos e acordos.

12. Conclusões

12.1. Recomendação final.

O ciclo de estudos deve ser acreditado condicionalmente

12.2. Fundamentação da recomendação:

Comentário: Acolhe-se com agrado e muita responsabilidade a posição favorável da Comissão de Avaliação, sabendo que a convicção dos responsáveis do ISEC e do projecto de Mestrado em Riscos e Protecção Civil vai no sentido de demonstrar a validade dos argumentos apresentados pela candidatura, os quais não são apenas uma lista de intenções, mas baseiam-se no trabalho concreto e consistente que tem vindo a ser desenvolvido por uma equipa com larga experiência e reconhecimento no sector. Daí que se dê também a garantia de que serão sempre os melhores e mais qualificados professores a acompanhar os projectos do 2º ano deste 2º Ciclo. De modo a que, simultaneamente, se lancem as raízes para o acompanhamento de percursos académicos por parte de investigadores jovens que hão-de reforçar a produção científica própria e garantir a renovação geracional.